

Raça e classe na repercussão pelo Instagram do assassinato de Edson Carlos Ribeiro, Divinópolis-MG¹

Talita Vasconcelos BRANDÃO²
Universidade Federal de Minas Gerais, MG

RESUMO

O artigo visa sintetizar o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). O corpus analisado será a repercussão da morte do segurança Edson Carlos Ribeiro a partir dos comentários postados no Instagram do Jornal Agora de Divinópolis-MG. Ao iniciar a investigação, fez-se necessário abordar a matriz comunicacional do Dispositivo de Racialidade. A metodologia investigou os debates sobre o caso pelo binômio de classe e raça. Os resultados da pesquisa mostraram a naturalização do racismo na repercussão do caso e a valorização do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Comentários; Repercussão; Trabalho; Racismo; Comunicação.

Introdução

O artigo em questão tem o intuito de revisitar as discussões do Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela professora Janaina Visibeli Barros, na Universidade do Estado de Minas Gerais: “Repercussão Virtual Da Morte De Edson Ribeiro Em Divinópolis-MG” (BRANDÃO, 2023). O foco principal está nos resultados que tratam da naturalização do racismo e da negação das realidades raciais.

No dia 25 de setembro de 2021, no Parque de Exposições de Divinópolis-MG, o segurança Edson Ribeiro, um homem negro de 42 anos, morreu após ser agredido por Pedro Lacerda, um homem branco de 32 anos presente no evento. Conforme as primeiras informações da Polícia Militar, o segurança repreendeu o convidado do evento, o que resultou na agressão. Com a chegada da polícia, o suspeito foi preso em flagrante por lesão corporal seguida de morte. O caso atraiu a atenção da mídia nacional e foi noticiado em diversos jornais. Nas redes sociais, a *hashtag* #justiçaporedson foi

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico do XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda de Comunicação do PPGCOM-UFMG, email: talitabrandaoufmg@gmail.com

criada. Por outro lado, amigos do agressor também mobilizaram as redes, criando um perfil no Instagram em apoio a Pedro Lacerda.

O genocídio da população negra é uma realidade contínua, presente em inúmeros casos, como a morte de João Pedro e Agatha Félix, mortos em uma operação policial no Rio de Janeiro, de Marielle Franco, uma vereadora e ativista assassinada. Josué Nogueira, de 16 anos, morto com um tiro na cabeça em julho de 2020 em Montes Claros. Edson Ribeiro é mais uma vítima do genocídio que afeta a população negra no Brasil. Dados do Instituto Sou da Paz mostram que a taxa de homicídios entre homens negros é quase quatro vezes maior do que entre não negros, refletindo um padrão de violência enraizado na história de colonização e escravidão do país. De acordo com Gomes (2024), essa violência está diretamente ligada à "morte social" imposta aos negros durante a escravidão, caracterizada pela violência gratuita, pela destruição dos vínculos familiares e pela estigmatização. Essa realidade histórica persiste até hoje, resultando na brutalização e no extermínio sistemático da população negra.

Nesse sentido, a escravidão é um regime de continuidades, pois a morte social do negro foi mantida por meio de mecanismos que, até a contemporaneidade, garantem sua subalternidade, como as políticas proibicionistas antidrogas, as medidas de encarceramento, a falta de acesso a saneamento básico, as condições precárias de trabalho, a violência racial policial letal, entre outros. Esses elementos que chamamos de adaptações da escravidão não estão desvinculados do conceito de necropolítica, pois, além de ser uma organização das forças de morte do Estado, a necropolítica precisa ser compreendida como uma conformadora de condições socio-territoriais que permitem gerar morte em massa. (Gomes, 2024, p.228)

Esses casos são parte de uma estrutura de poder que, como aponta Mbembe (2020), caracteriza-se por uma necropolítica — uma política de morte que decide quem pode viver e quem deve morrer. No Brasil, essa necropolítica se revela no extermínio sistemático de pessoas negras, perpetuado tanto pela violência do Estado quanto pela sua omissão diante dessas mortes. Essa política de controle e desvalorização da vida negra evidencia como o racismo estrutural transforma os corpos negros em alvos constantes da violência letal.

Considerando a seriedade do caso e a repercussão gerada, tornou-se viável documentar as discussões levantadas após a morte de Edson Ribeiro. Para análise da repercussão da morte de Edson Ribeiro, foram coletados os comentários presentes no perfil do Instagram do Portal Agora nas postagens sobre o fato. Tal decisão foi devido às particularidades do jornalismo local, como o enquadramento discursivo da cidade e

influência na percepção de realidade e na identidade local (LEAL; BRINATI, 2010). De acordo com pesquisa realizada por Filho e Barros (2017), Divinópolis tem se destacado como um importante centro de comunicação na região centro-oeste, abrigando o maior número de meios de comunicação complexos, como televisão, emissoras de rádio, agências de publicidade e jornais impressos. Dentre os jornais impressos de Divinópolis, o Portal Agora é um dos mais antigos em circulação, tendo sido inaugurado em 1º de junho de 1971. Em 2017 o Portal criou seu *site* de notícias e hoje ele apresenta Facebook e Instagram. Para análise da repercussão da morte de Edson Ribeiro, foram coletados os comentários presentes no perfil do Instagram do Portal Agora nas postagens sobre o fato por conta do crescimento exponencial da rede social e sua capacidade como plataforma de facilitar interações entre os usuários com seus “sistemas automatizados que projetam e manipulam conexões” (VAN DIJCK, 2013, p. 12).

Nas redes sociais do Jornal Agora até o inquérito policial, o caso trouxe 157 comentários em 10 publicações sobre o fato. Durante os dias 31 de março a 12 de abril de 2022, os comentários de cada uma das 10 postagens foram coletados do Instagram do Portal Agora e separados em uma planilha Google. Nesse momento, usou-se o *software voyant-tools* para observar os principais signos mobilizados nos comentários planilhados.

O *software voyant-tools* permitiu a produção de nuvens de palavras a partir das quais foi possível observar as principais palavras-chave mobilizadas nos textos. Dos 157 comentários coletados na monografia, o artigo em questão apresenta a relação entre os principais termos apontados na nuvem de palavras e as postagens em que se encontraram. Ademais, o foco do texto é nos 27 comentários que tratam sobre classe e raça, sendo usadas palavras-chave que mobilizam essa discussão, sendo “racismo/raça”, “dinheiro”, “segurança/trabalhador” e “playboy/almofadinha”.

A partir da produção de debates dos usuários-comentadores, perguntamos: Como o racismo é tratado nos comentários sobre o caso, visto que um homem negro foi morto durante o trabalho? Como é observada a relação entre classe e raça nas discussões que ocorreram nos comentários?

O dispositivo de racialidade e a comunicação

Ao tratar dos comentários acerca da morte de Edson Ribeiro, entendemos primeiramente como as interações dos sujeitos, a partir dos diálogos mediatizados, estão contextualizados nas relações de poder da sociedade. Hoje, a interação nas redes sociais apresentam suas particularidades através da convergência presente nas redes sociais, como discute, Henry Jenkins (2006, p. 29):

(...) por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando é do que imaginam estar falando.

Este fluxo de conteúdos, discursos e narrativas construídas pelos usuários comentadores, é agenciadora e agenciada pelas relações de poder, mais precisamente, pela raça. Partimos da compreensão de Foucault (2022, p.369) “O poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado.”

Nesse sentido, segundo o autor, nas relações de poder da sociedade, o dispositivo é um conjunto heterogêneo de discursos, leis, epistemologias, instituições e organizações que se estabelecem em rede e dizem sobre uma urgência social. O dispositivo sempre visa a dominação e na biopolítica ele é voltado para a gestão da vida. Se a partir da dominação o biopoder, implica sobre a vida do corpo social, o direito de matar atua pela morte daqueles que não são vistos como vida, por meio do racismo de estado. Sueli Carneiro (2005) atualiza este conceito ao afirmar:

Foucault, em sua análise do racismo estava focado principalmente na análise da experiência alemã, do holocausto judeu. Não considerou, no entanto, o racismo enquanto dispositivo de poder de sociedades multirraciais nas quais ele opera como um disciplinador, ordenador e estruturador das relações raciais e sociais. Enquanto dispositivo disciplinar das relações sociais, instituiu relações raciais como complexificação das relações sociais, amalgamando às contradições de classes, as contradições de raças. (Carneiro, p.70, 2005)

No contexto brasileiro, a raça é uma categoria fundamental que influencia as relações sociais. Conforme explicado por Sueli Carneiro (2005), durante o processo de colonização as técnicas disciplinares moldaram a percepção dos não-brancos como seres inferiores, desprovidos de direitos. O dispositivo de racialidade age, além da

subalternização, por meio do direito de deixar morrer e fazer viver. O dispositivo de racialidade, portanto, é uma estrutura de controle que permeia a sociedade, visando promover o poder dos brancos e a marginalização dos negros.

Essa dinâmica do dispositivo de racialidade estabelece a cor da pele como um marcador de normalidade, com a branquitude como padrão. Isso resulta em uma divisão ontológica entre ser e não-ser, na qual os sujeitos são moldados por práticas discursivas que geram novas formas de poder e controle social. Na concepção dessa hierarquia, “A produção da raça é um processo visual de fabricação da diferença entre indivíduos, a elaboração de um domínio visual que estabelece surgimento de agrupamentos entre integrantes que possuem semelhanças e dissemelhanças entre si.”(Gomes, 2024, p.237)

Dessa forma, destaca-se a função do dispositivo de nomear do poder. O racismo é um sistema social, sendo assim ele se apresenta através das relações e por tanto interações. De acordo com Pamela Guimarães-Silva (2021), compreender a matriz comunicacional da raça requer, antes de tudo, uma compreensão do conceito de comunicação. A autora destaca três dimensões fundamentais desse fenômeno: a interação entre sujeitos, a atribuição de significados e o contexto sociocultural. Essas dimensões, delineadas por Guimarães, são guiadas pela ideia de que a comunicação implica na criação de códigos e na realização de inferências, como observado por Luiz Braga (2020). Tais dimensões estão situadas dentro do Dispositivo de Racialidade, esse dispositivo é responsável por nomear e perpetuar o poder, revelando assim sua base comunicativa. “Com isso em mente, entendemos que existe não apenas um dispositivo e racialidade, mas um dispositivo interacional de raça.” (Guimarães-Silva, 2021, p.69)

Assim, o racismo, enquanto dispositivo, exerce seu poder, seja pela estigmatização, na criação de imaginários, pelo apagamento do conhecimento de pessoas não-brancas ou nos processos de produção midiáticos. Como aponta Sodré (2023, p.67):

A imprensa: em sua fase artesanal, era parte ativa do sistema escravagista, divulgando a compra e venda de cativos, notícias de fugas e informações de auxílio às capturas. Depois, da indiferença à escravidão, passou a acolher de modo titubeante o movimento abolicionista. Já na fase industrial, em plena república, pautou-se pela defesa da imigração europeia, implementando uma inconfessa política editorial de apagamento da cidadania negra tanto em suas páginas publicadas como no processo de produção jornalístico.

Da mesma forma que o racismo é perpetuado na produção jornalística, percebe-se que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs³) contemporâneas, frutos da internet, também atuam a favor da sistematização do racismo na sociedade. De acordo com Tarcísio Silva (2022, np.), "A estrutura técnico-algorítmica pode facilitar manifestações de racismo mas, ao mesmo tempo, as manifestações de racismo são fonte e conteúdo para aspectos da estrutura técnica". Nas interações do racismo cotidiano, as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação têm remodelado e refinado as práticas discriminatórias comuns. A manutenção do racismo na sociedade é sistematizado nas interações mediadas pelas mídias digitais. Pesquisas anteriores sobre os marcadores textuais específicos em torno de questões raciais mostram um esforço virtual para a diluição do debate racial. Segundo Tarcísio Silva (2019), dentre o racismo vivenciado pelas plataformas digitais, também contempla a falta de representatividade de pessoas negras, a negação de realidades raciais e a defesa da "democracia racial" encontra-se como uma das principais formas do Racismo Algorítmico. Essa ideologia é usada para invisibilizar atitudes racistas e deslegitimar produção de conhecimento por pensadores, pesquisadores e ativistas negros.

Observar como os públicos nas plataformas digitais majoritariamente atuam na fixação e não no combate do racismo sistematizado é marcante para análise da formação do racismo na sociedade brasileira. Com base nos comentários publicados no Portal Agora sobre o assassinato de Edson Ribeiro, o artigo analisa na morte de Edson Ribeiro o que é negado ou legitimado no debate digital.

A Repercussão da Morte De Edson Ribeiro

Para esta análise foi utilizado o *software voyant-tools*, que permitiu a produção de nuvens de palavras a partir das quais foi possível observar as principais palavras-chaves mobilizadas nos textos. Inicialmente foram informados os comentários realizados nas publicações sobre a morte de Edson Ribeiro no Instagram do Portal

³ as tecnologias são dispositivos de poder que não podem ser desconsiderados. Ao incorporarem em seu design, em sua arquitetura e em seus códigos as determinações, interesses e perspectivas daqueles que a desenvolveram, as tecnologias podem destruir ou ampliar direitos. As tecnologias da informação e comunicação fazem parte de contenciosos tecnopolíticos. A internet e seus dispositivos são elementos cruciais das disputas econômicas, sociais e culturais do século XXI (SILVEIRA, 2017, p. 85)

Agora, em seguida, segui para a análise dos comentários no qual os termos são apresentados.

No total, 157 comentários foram quantificados, a partir das 10 postagens do Instagram do Portal Agora desde o dia do assassinato até o inquérito final, sendo o primeiro no dia 27 de setembro e o último no dia 8 de outubro. As postagens apresentaram as seguintes chamadas:

Tabela 1-Postagens sobre o caso

Chamada	Formato	Data
O crime que chocou Divinópolis: 'Não foi encontrado na revista' diz organizador do evento sobre soco-inglês usado para matar segurança	Foto de divulgação para reportagem postada no site do jornal	27 de setembro 2021
O crime que chocou Divinópolis: 'O amor vencerá o ódio' afirmam apoiadores de Pedro Lacerda	Foto de divulgação para reportagem postada no site do jornal	27 de setembro 2021
Veja fotos e vídeos da manifestação pela morte do segurança Edson Carlos Ribeiro	Compilado de fotos Manifestação Movimento Negro Unificado	27 de setembro 2021
Polícia ainda não trabalha com homicídio em morte de segurança durante evento	Foto da capa do jornal impresso	28 de setembro 2021
Após repercussão da morte de segurança: Vereador propõe uso obrigatório do detector de metais durante a revista de eventos	Foto de divulgação para reportagem postada no site do jornal	28 de setembro 2021

Viúva de segurança morto enquanto trabalhava clama por justiça	Vídeo da entrevista	29 de setembro 2021
O crime que chocou Divinópolis: ‘Ainda não consigo acreditar’, afirma viúva de segurança	Foto de divulgação para reportagem postada no site do jornal	30 de setembro 2021
Viúva de segurança morto em evento pede justiça	Foto da capa do jornal impresso	30 de setembro 2021
Urgente: Polícia civil apresenta resultado da investigação que apurou a morte do segurança Edson Carlos	Stories postado na linha do tempo do Instagram	8 de outubro 2021
Ao vivo do inquérito Policia Civil	Live	8 de outubro 2021

Fonte: Instagram Portal Jornal Agora

Através da nuvem de palavras, gerada por *software*, percebe-se que os 4 principais signos mobilizados que dizem respeito à moral cristã, sendo eles, “justiça”, “família”, “deus”, “amor”. No termo mais citado, “justiça”, 28% dos comentários são sobre as postagens da entrevista com Ana Paula, viúva de Edson. Outros 19% estão na publicação a respeito da manifestação do Movimento Negro além da capa na qual a polícia afirma que ainda não há sinais de homicídio sobre a morte do segurança, 10% aparece nas postagens sobre o resultado do inquérito. O termo “família” se concentra principalmente em postagens sobre Ana Paula, sendo utilizados 31% das vezes; seguido dos comentários a respeito do perfil criado em apoio a Pedro Lacerda, 25%. Outros 19% dos comentários com o termo “família”, aparecem nas publicações sobre o inquérito. Em 12% das vezes aparecem associados a revista do local.

Com a palavra “deus”, 43% dizem respeito à entrevista com Ana Paula, viúva de Edson. Já 22% dos comentários são da notícia de capa do jornal impresso, no qual a

polícia afirma que ainda não trabalha como caso como homicídio. Em 14% dos comentários dizem respeito ao resultado do inquérito, 14% sobre o perfil de apoio a Pedro Lacerda. O termo “amor” aparece por conta da postagem sobre o perfil em apoio a Pedro Lacerda. Vale ressaltar que o perfil apresentava os dizeres “o amor vencerá o ódio”, das vezes que a palavra aparece 80% tem relação com o perfil criado.

Percebe-se de imediato o aspecto moral cristão dentro dos comentários. O termo “deus” é ligado a “justiça” e “consequências” em comentários de repúdio ao assassinato. Nesses casos, a justiça de deus foi colocada como “alternativa” ao resultado do inquérito no qual Pedro Lacerda foi absolvido por falta de sinais de homicídio, segundo a polícia. Os comentários também trazem palavras de conforto à viúva de Edson. Nesses comentários o termo “deus” também é priorizado. Vale ressaltar que a maioria das vezes que estes termos aparecem foi às publicações que apresentam a entrevista com Ana Paula. Ao olharmos para o aspecto constitutivo da comunicação e nesse sentido o papel ativo do público, é interessante notar a prevaência da moral cristã no debate sobre a morte de Edson Ribeiro. Nos diálogos estabelecidos sobre a morte de um homem negro durante seu serviço, o discurso majoritário afasta a questão racial presente no caso e explora a moral com signos sobre “deus”, “amor” e “família”. Tal afetação do público apresenta indícios iniciais de uma negação do racismo presente nos comentários.

Paradigma Étnico-Racial e Luta de classe na Repercussão

Dando sequência à análise, torna-se relevante explorar como raça e classe foram tratadas nas discussões públicas sobre o assassinato de Edson Carlos Ribeiro. A partir dos comentários no Instagram, é possível observar que certos termos, como 'racismo' e 'racistas', surgem com frequência ao lado de palavras que evocam o status social, como 'assassino', 'playboy', 'trabalhador' e 'segurança'. Esses termos foram organizados em uma tabela para melhor compreender como as interações digitais moldam e revelam percepções raciais e de classe no contexto desse crime.

Ao pensar nas discussões sobre trabalho, os signos foram selecionados, pois se percebe que a posição social é levantada nos comentários em diversos momentos. Os sujeitos do caso são caracterizados pela classe a que pertencem. Dessa forma, Edson é

colocado como “trabalhador” e/ou “segurança”, Pedro Lacerda é identificado como “playboy”.

Nesse sentido, percebe-se uma constante na argumentação dos usuários ao apontarem a disparidade entre trabalhador e proprietário, assim, a diferença de classes torna-se a base da indignação dos usuários. Essa argumentação se assemelha à própria definição das classes sociais, visto que, assim como explicita Karl Marx: “[...] no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade.” (MARX, 2004, p. 79). Tal visão também é exposta por Engels:

Ao mencionar aqui a burguesia, nela incluo também a chamada aristocracia, porque esta aparece como tal, detentora de privilégios, em face da burguesia, não em face do proletariado – nos representantes dessas duas categorias, aristocracia e burguesia, o proletariado vê apenas o proprietário (isto é, o burguês): perante o privilégio da propriedade, todos os outros privilégios desaparecem. A diferença é que o verdadeiro burguês se contrapõe ao proletariado industrial e, em parte, ao proletariado mineiro e, como arrendatário de terras, ao jornaleiro agrícola, ao passo que o aristocrata se relaciona somente com uma parte do proletariado mineiro e com os proletários do campo (ENGELS, 2010, p. 307).

Para definir uma classe, portanto, é necessário consequentemente voltar o olhar para sua antítese. Nos comentários, Edson Ribeiro é definido como “trabalhador” porque Pedro Lacerda é definido como “playboy”, e vice-versa.

Ao observar os comentários relacionados ao termo "assassino", também se percebe uma antítese na discussão entre a morte e o racismo, pois o público argumenta que, embora estejam contra o agressor, não acreditam que a morte de Edson esteja relacionada ao racismo e apresentam uma postura contrária ao Movimento Negro. Ao analisar os comentários, percebe-se que o caso é considerado errado por ser um assassinato, mas o público entende que não há implicações raciais.

Ao analisar os comentários relacionados à raça e classe, percebe-se que 60% dos comentários não abordam a conexão entre a morte de Edson e questões raciais. 24% nega ativamente o racismo, como exemplo do comentário “Quem falou que foi crime de racismo? Estão promovendo é mais ódio ainda, cambada de sem noção!!!”. (Brandão T., 2023, p.39). Apenas 16% dos comentários expõe a dimensão racial do acontecimento. Entender a gravidade da negação das realidades raciais na manutenção do racismo é essencial, visto que ignorar o problema também é perpetuá-lo. Nos

comentários analisados, o comportamento discursivo reproduz a invalidação das realidades raciais e nega a existência do racismo.

Segundo Silva (2019), no racismo vivenciado pelas plataformas digitais, a negação de realidades raciais e a defesa da “democracia racial” encontra-se como uma das principais formas do Racismo Algorítmico. Essa ideologia é usada para viabilizar a negação de atitudes racistas e para deslegitimar produção de conhecimento por pensadores, pesquisadores e ativistas negros.

A ideia de microagressões nos estudos sobre o Racismo Algorítmico é analisada por Silva (2019) a partir de três conceitos criados por Sue (2010) Microinsultos, Microinvalidações Microataques. Nos comentários analisados, o comportamento discursivo reproduz a microinvalidação. Para o pesquisador é importante entendermos o cenário das microagressões, visto que:

Como vimos anteriormente, os exemplos na literatura sobre racismo online tratam sobretudo do racismo explícito no formato discursivo, através de textos ou materiais multimídia. Entretanto, esta abordagem não é suficiente para dar conta dos modos pelos quais indexação, busca e descoberta de mensagens online - sobretudo com a crescente automatização - podem ter impacto na vida e saúde mental de grupos minorizados. Acreditamos que o uso do conceito de microagressões e a consequente taxonomia tentativa de casos documentados pode trazer benefícios à pesquisa sobre racismo algorítmico, através de alguns pontos: realizar a própria construção de taxonomia como exercício reflexivo; servir como ferramenta mediadora de marcação das trajetórias dos debates e casos; e permitir desenvolver categorias tentativas para articulação com o campo (SILVA, 2019, p.5).

A invalidação da realidade racial nos comentários ocorre principalmente nos comentários sobre a Manifestação do Movimento Negro, neste momento o combate ao racismo é visto como oportunismo dos manifestantes. Percebe-se que as falas que apresentam este discurso carregam a satanização dos movimentos sociais presente na sociedade. Nos comentários onde o enunciador está contra o agressor, porém também não reconhecem o racismo no ato, nota-se que os usuários se identificam com a vítima pelo lugar de trabalhador.

É interessante notar que essa invalidação não afasta a sensibilização dos usuários diante do caso, ao contrário, enquanto não reconhecem o racismo, se revoltam com a morte por conta de outro paradigma levantado, a luta de classe. Dos comentários categorizados em classe e raça, 80% citam questões de classe. Deles, 20% dos

comentários trazem o debate racial. Ao relacionar os termos presentes na tabela, é visível como as discussões invadem uma a outra.

Destaca-se nos comentários que abordam classe aqueles que tratam de forma implícita sobre raça: “Eu fico pensando se fosse o contrário. Se o segurança tivesse assassinado o playboy. Será que ele sairia da festa intacto? Com os policiais na maior educação pra conduzir ele? ”. Neste exemplo, percebe-se que o usuário questiona o tratamento privilegiado do Pedro Lacerda em relação a Edson Ribeiro. Este comentário é um caso claro de como o racismo não é tratado de forma explícita junto à questão de classe, mas é possível interpretar em muitos dos comentários que a impunidade de Pedro Lacerda perpassa o privilégio de raça e classe. Destaca-se que ao relacionar os termos presentes na tabela é visível como as discussões invadem uma a outra. Nota-se que o paradigma etnico-racial e a luta de classe são estruturas sociais, dessa forma, elas estão entrelaçadas na nossa sociedade. Como aponta Cida Bento (2002) em suas pesquisas sobre a normatização da branquitude, este olhar para a classe, aparece junto a um silenciamento do racismo e falta de responsabilização da sociedade diante da presença latente da desigualdade racial.

Tudo é atribuído a um passado escravo, ou seja, é legado inexorável e hermético de uma história na qual os brancos parecem ter estado ausentes. Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social, que observamos tão frequentemente no depoimento dos entrevistados, é uma saída permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social. Com certeza este dado é importante, mas não é só isso (Bento, 2002, p.28)

Dentre as estruturas que mantêm o racismo e afastam pessoas negras do poder, o capitalismo se apresenta como sistema de exclusão e subalternidade da população preta. A relação da negritude e o capital é desenvolvida desde o colonialismo, no qual a mão de obra negra foi explorada e escravizada, para barateamento da mão de obra e para garantir o acúmulo de capital, porém o fim da escravidão não significou a integração do negro na nova configuração capitalista. Segundo Fernandes (2008), no início do século XX na sociedade brasileira, houve a marginalização do negro em detrimento da

mão-de-obra branca considerada apta ao trabalho nos moldes da sociedade capitalista de classes. Como aponta Santos:

À população negra foram suprimidas as oportunidades de trabalho, ora reservadas ao segmento branco nativo e aos imigrantes europeus, disto resultando uma divisão de funções na sociedade brasileira, restando ao segmento negro posições sociais inferiores ou rejeitadas pelo(a)s branco(a)s. Tal prática e discurso, empreendidos pelas classes dominantes, acabam incorporados pela própria população negra que acredita que o seu fracasso profissional e escolar é eminente, ou por problemas socioeconômicos; ou por questões de mérito e competência, cuja questão étnico-racial em nada interfere, pois no Brasil, todos teriam direitos iguais não importando raça, sexo, classe ou credo religioso (SANTOS, 2015. p.104).

Nesse contexto, a negação do racismo não só deslegitima a desigualdade no Brasil e seu histórico, como coloca a marginalização de pessoas negras na responsabilidade pela desigualdade econômica enfrentada. Sobre isso, Santos (2015, p.107) afirma que:

Os trabalhadores brancos, ao não reconhecerem o racismo como um dos fatores determinantes de desigualdades no Brasil, além de não atacar uma teoria de legitimação e reforço histórico do capitalismo, acabam por naturalizar a condição da população negra como consequência de uma formação educacional inadequada ou mesmo de inaptidão para o trabalho. A questão étnico-racial esteve sempre associada à constituição civilizacional do país e dentro dessa perspectiva o(a) negro(a) foi apresentado(a) como entrave a uma possível ordem que garantisse o progresso. Nesse sentido, a diferença étnico-racial se transformou em ferramenta para o estabelecimento de desigualdades sociais. O racismo é condição fundante da exploração capitalista, é a ideologia construída para sedimentar a dominação europeia sobre outros povos e continentes.

Dessa forma, fica claro que a naturalização do racismo, assim como o engrandecimento do trabalho nos comentários, deslegitimam o impacto da estrutura capitalista racista nas relações sociais e, neste caso, no assassinato de Edson Ribeiro. Ademais, a caracterização de Edson como trabalhador e transformação desse sentido na razão principal de injustiça diante do fato apresenta uma raiz meritocrata, pois coloca o valor de Edson prioritariamente em seu trabalho.

Ressalta-se, ainda que em muitos comentários sejam tratados questões sistêmicas e políticas envolvidas no caso, o tema é tratado prioritariamente de maneira superficial, sem a reflexão sobre as estruturas que permeiam o caso. Isso fica claro, por exemplo, na busca por uma solução divina proposta nos principais signos acionados nos comentários.

Principais Resultados

Neste artigo compreende-se que a raça enquanto sistema social é agenciada e agenciadora de discursos (Foucault, 2022; Carneiro, 2005; Guimarães-Silva 2021). Dada as interações, é visível como a raça agencia os diálogos mediatizados do assassinato de Edson Ribeiro, homem negro morto durante o trabalho em Divinópolis-MG.

Para analisar os discursos presente na repercussão virtual do assassinato de Edson Ribeiro foram coletados 10 publicações sobre o fato no Jornal Agora até o inquérito policial, durante os dias 31 de março a 12 de abril de 2022, totalizando 157 comentários. Através da nuvem de palavras, gerada por *software voyant-tools*, percebeu-se que os 4 principais termos mobilizados dizem respeito à moral cristã, sendo eles, “justiça”, “família”, “deus”, “amor”. “Justiça” é termo mais utilizado nos comentários de repúdio ao assassinato. Nesses casos, a “justiça” foi associada a “deus” e colocada como alternativa ao resultado do inquérito. Nos diálogos estabelecidos sobre a morte de um homem negro durante seu serviço, o discurso majoritário presente no caso explora a moral com signos sobre “deus”, “amor” e “família”.

Nos comentários analisados, 60% negam qualquer conexão entre a morte de Edson Ribeiro e questões raciais, revelando a naturalização do racismo. Essa postura é reforçada por discussões em que, em 80% dos 10 comentários categorizados sob os termos "Segurança/trabalhador" e "Playboy", o foco é exclusivamente no trabalho, ignorando o paradigma étnico-racial. Dessa forma, a luta de classe e as questões raciais se entrelaçam, evidenciando que, na tentativa de dignificar o trabalho, os comentários acabam por invalidar as realidades raciais e minimizar o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira.

Dentre as estruturas que mantêm o racismo e afastam pessoas negras do poder, o capitalismo se apresenta como sistema de exclusão e subalternidade da população preta. Nesse sentido, de acordo com Angela Davis (2023, p.45) “A escravidão foi a acumulação primitiva para o capitalismo que está associado a Revolução Industrial”. A relação da negritude e o capital são desenvolvidos desde o colonialismo, no qual a mão de obra negra foi explorada e escravizada, para barateamento da mão de obra e garantir o acúmulo de capital, porém o fim da escravidão não significou a integração do negro na nova configuração capitalista. Nesse contexto, a negação do racismo não só deslegitima a desigualdade no Brasil e seu histórico, como coloca a marginalização de

peças negras na responsabilidade pela desigualdade econômica enfrentada. Sobre isso, Santos (2015, p.107) afirma que:

Os trabalhadores brancos, ao não reconhecerem o racismo como um dos fatores determinantes de desigualdades no Brasil, além de não atacar uma teoria de legitimação e reforço histórico do capitalismo, acabam por naturalizar a condição da população negra como consequência de uma formação educacional inadequada ou mesmo de inaptidão para o trabalho.

Dessa forma, fica claro que a caracterização de Edson Ribeiro como trabalhador e transformação desse sentido na razão principal de injustiça diante do fato apresenta uma raiz meritocrata, pois coloca o valor de Edson prioritariamente em seu trabalho. Assim, a alteridade dos usuários-comentadores e humanização de Edson é condicionada pela naturalização do racismo e o engrandecimento do trabalho nos comentários. Isso deslegitima o impacto da estrutura capitalista racista nas relações sociais e, neste caso, no assassinato de Edson Ribeiro

Percebe-se também como a repercussão está circunscrita em um contexto social racista e nos comentários o público vai de acordo com esse sistema ao negar o racismo. Na invalidação das realidades raciais, os comentários mostraram a naturalização do racismo. Tais comentários mostraram uma inversão de valores que transformaram a luta antirracista em oportunismo, segundo os usuários. A agressão e morte de Edson Ribeiro são vistas como uma tragédia, mas não é entendida por parte da comunidade como um problema da sociedade brasileira. Como aponta Muniz Sodré (2023, p.104):

Numa imagem idealtípica, o racista americano seria um sulista com o laço do carrasco na mão, disposto a enforcar um negro na árvore mais próxima. Já o idealtípico racista brasileiro é um homem capaz de manter duas conversas ao mesmo tempo: em uma, pública, ele é um cristão disposto a abraçar a diferença; na outra, privada, ele deseja que o negro permaneça em seu lugar servil. É que a forma social escravista não apenas nega a pessoa do negro como nega igualmente o racismo. Ou seja, o racismo não ousa confessar o seu nome: existe, mas silencia a sua presença.

Nesse cenário, a naturalização da morte de Edson Ribeiro não apenas invisibiliza as estruturas raciais e de classe, mas também perpétua o genocídio negro. Ao negar o racismo, os discursos contribuem diretamente para sua manutenção, ignorando a urgência da luta antirracista. Essa negação faz parte da operação do dispositivo interacional de racialidade, conforme proposto por Sueli Carneiro (2005) e aprofundado por Pamela Guimarães-Silva (2021). Através das práticas discursivas entre os sujeitos, esse dispositivo atua para reforçar e perpetuar o racismo por meio do

silenciamento de sua existência, legitimando a violência e a desumanização de pessoas negras.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRAGA, J. L. *Uma conversa sobre dispositivos*. Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2020.

BRANDÃO, T. *Repercussão virtual da morte de Edson Ribeiro em Divinópolis-MG*. Divinópolis, 2023. 55p. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Estado de Minas Gerais.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DAVIS, Angela. *Democracia pra quem?: ensaios de resistência*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. 388p.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: O legado da raça branca*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4482634/mod_resource/content/1/Florestan%20Fernandes%20-0A%20integra%C3%A7%C3%A3o%20do%20negro%20na%20sociedade%20de%20classes%20-%20Vol%20I%20-%20O%20legado%20da%20ra%C3%A7a%20branca-1.pdf.

Acesso em: 13 jun. 2022.

FILHO, G.; BARROS, J. *Distante do “Passaralho”*: trabalho da comunicação no interior de Minas Gerais. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo ECA/USP, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/913/380>. Acesso em: 30 mai. 2022.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GOMES, Josué. O genocídio negro e as imagens de morte: reflexões sobre o registro audiovisual da necropolítica em cenas de ficção e testemunho. In: CORREA, Laura Guimarães et al. (Org.). *Vozes negras em comunicação II: interseções, diálogos e caminhos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela. *De Lélia Gonzalez a Marielle Franco: mulheres negras e seus processos comunicacionais interseccionais de resistência*. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

JENKINS, H. *Cultura da convergência: a convergência entre os velhos e os novos meios de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEAL, P. R. F.; BRINATI, F. *Identidade local e imaginário urbano no telejornalismo: os 159 anos de Juiz de Fora no MGTV*. Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis, Santa Catarina: UFSC, v.7, n.2, p. 367-378, 2010.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*, 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

SANTOS, Rosenverck Estrela. *O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias*. Lutas Sociais, São Paulo, vol. 19, n. 34, 2015.

SILVA, Tarcízio Roberto da. *Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código*. Anais do VI Seminário Internacional LAVITS, 2019.

SILVA, Tarcízio. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

SODRÉ, Munis. *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

SUE, D. W. *Microaggressions in everyday life: Race, gender, and sexual orientation*. John Wiley & Sons, 2010.

VAN DIJCK, J. *The culture of connectivity: A critical history of social media*. New York: Oxford University Press, 2013.